

Artigo – Seção Estado, Organizações e Sociedade

Políticas Públicas, Cultura Política e Governança Pública: Um estudo em uma região de vulnerabilidade social em São Paulo

Gilberto de Almeida Sampaio¹,
Fundação Instituto de Administração

Armindo dos Santos de Sousa Teodósio²,
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Paula Pessoa de Castro³,
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Rafael Rodrigues de Castro⁴,
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de discutir a percepção da população do Bairro Jardim Sandra, localizado no município de Cotia, Região Metropolitana de São Paulo, frente às questões públicas, éticas e sociais que envolvem a vida política no país. A pesquisa constitui-se em um estudo de caso. A coleta de dados foi feita por questionário e coleta documental, e os dados foram analisados qualitativamente. Os resultados apontam vários dramas e tramas na refundação da política. Existe forte percepção de melhoria da situação econômica em geral, porém verifica-se inconsistência nos aspectos relativos aos acertos e erros da atual administração. Na visão dos respondentes o governo atual está fraco, o prestígio do Brasil no exterior tem diminuído, o PMDB continua exercendo influência na política e o clima de instabilidade no Senado é provocado. Constata-se o forte desejo de fazer prevalecer fatores éticos em relação a tudo e a todos, assim como a aceitação do “jeitinho”. A necessidade de “fazer os políticos trabalharem” e de “punir os mensaleiros” decorre da certeza de que existem leniência e corrupção na Presidência da República e nos Ministérios. A maior parte dos entrevistados associa a corrupção ao governo, fazendo referências ao setor público para melhor defini-la. Os resultados revelam possibilidades e levam a sugestões para a construção de ações de intervenção que possam ajudar a mitigar e mesmo superar aspectos nefastos da relação do brasileiro de baixa renda com o espaço público e a cultura pública no país.

Palavras-chave: Cultura Política, Políticas Públicas, Cidadania, Governança Pública

1 Pós-Graduado em Responsabilidade Social Empresarial pela FIA

2 Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração da PUC Minas. Doutor em Administração pela FGV / EAESP

3 Doutoranda em Administração pelo PPGA / PUC Minas. Mestre em Administração pelo PPGA / PUC Minas. Especialista em Responsabilidade Social Empresarial pela PUC Minas. Bacharel em Comunicação Social pela UFMG

4 Especialista em Ética pela PUC Minas; Bacharel em Administração pela FACISA; Graduando em Filosofia pela UFMG.

ABSTRACT

The present work has the objective of discussing the perception of the population of Bairro Jardim Sandra, located in the city of Cotia, Metropolitan Region of São Paulo, facing public, ethical and social issues that involve political life in the country. The research is a case study. The data collection was done by questionnaire and documentary collection, and the data were analyzed qualitatively. The results point to several dramas and plots in the refoundation of politics. There is a strong perception of improvement of the economic situation in general, but there is inconsistency in the aspects related to the correctness and errors of the current administration. In the opinion of the respondents, the current government is weak, Brazil's overseas prestige has diminished, the PMDB continues to exert influence in politics and the climate of instability in the Senate is provoked. There is a strong desire to make ethical factors prevail in relation to everything and everyone, as well as the acceptance of the "way". The need to "make politicians work" and to "punish the couriers" stems from the certainty that there is leniency and corruption in the Presidency of the Republic and in the Ministries. Most interviewees associate corruption with government, making references to the public sector to better define it. The results reveal possibilities and lead to suggestions for the construction of intervention actions that can help to mitigate and even overcome the nefarious aspects of the relationship of low-income Brazil with public space and public culture in the country.

Keywords: Political Culture, Public Policy, Citizenship, Public Governance.

RESUMEN

El presente trabajo tiene el objetivo de discutir la percepción de la población del Barrio Jardim Sandra, ubicado en el municipio de Cotia, Región Metropolitana de São Paulo, frente a las cuestiones públicas, éticas y sociales que involucra la vida política en el país. La investigación se constituye en un estudio de caso. La recolección de datos fue realizada por cuestionario y recolección documental, y los datos fueron analizados cualitativamente. Los resultados apuntan a varios dramas y tramas en la refundación de la política. Hay una fuerte percepción de mejora de la situación económica en general, pero se verifica inconsistencia en los aspectos relativos a los aciertos y errores de la actual administración. En la visión de los encuestados el gobierno actual está débil, el prestigio de Brasil en el exterior ha disminuido, el PMDB sigue ejerciendo influencia en la política y el clima de inestabilidad en el Senado es provocado. Se constata el fuerte deseo de hacer prevalecer factores éticos en relación a todo ya todos, así como la aceptación del "estilo". La necesidad de "hacer los políticos trabajar" y de "castigar a los mensajeros" se deriva de la certeza de que existen lenidad y corrupción en la Presidencia de la República y en los Ministerios. La mayoría de los entrevistados asocia la corrupción al gobierno, haciendo referencias al sector público para definirla mejor. Los resultados revelan posibilidades y llevan a sugerencias para la construcción de acciones de intervención que puedan ayudar a mitigar e incluso superar aspectos nefastos de la relación del brasileño de bajos ingresos con el espacio público y la cultura pública en el país.

Palabras clave: Cultura Política, Políticas Públicas, Ciudadanía, Gobernanza Pública

1. Introdução

No Brasil, um país de cultura hierárquica, patrimonialista e familista convivem lado a lado o arcaísmo representado por esta cultura e a vanguarda representada por políticas públicas avançadas e modernas. Da mesma forma, se por um lado se mostrou possível uma grande evolução no campo do controle administrativo, por outro a forma de organização do nosso sistema político muito pouco ou quase nada se alterou.

A reforma de 1988 além de demonstrar a força do corporativismo, não realizou reformas estruturais no sistema político, que se mantém essencialmente o mesmo, independentemente das alterações de regime político ocorridas no País ao longo dos anos. Temos hoje um sistema político que se organiza da mesma forma que o fazia no tempo autoritário, porém sem respaldo e pior, sem autoridade e credibilidade junto à população.

Se de um lado a sociedade evolui, o sistema político brasileiro permanece em algum lugar do passado mantendo as práticas de sempre. O Brasil se moderniza e se beneficia da globalização, mas nossos políticos não a compreendem. Permanecem em nosso cotidiano a ineficiência, o jogo político rasteiro que privilegia o espírito de corpo e as relações pessoais em detrimento de processos claros, transparentes, objetivos e pautados no interesse público.

Para melhor embasar esse argumento, tomemos a expressão inglesa "*rule of law*", para a qual não existe equivalência no vocabulário político brasileiro. Geralmente ela é traduzida como "estado de direito", o que evidencia o fato de só estarmos interessados nos "direitos", em detrimento das regras. "*Rule of law*" na verdade quer dizer "império da lei", ou "domínio da lei". Ou seja: a ideia de que as regras de um país são "para valer" e para todos. Uma ideia tão estrangeira para o jeito brasileiro de pensar que não entrou nem para o dicionário (Burgierman, 2009).

Ao mesmo tempo em que o mundo busca soluções eficazes, inovadoras, globalmente integradas e alinhadas como única forma de superar uma crise planetária, convive-se, dentre outros problemas políticos, com a manutenção de currais eleitorais, com o nepotismo “devidamente adequado” de forma a não infringir a lei que o proíbe e com a nomeação de correligionários para cargos de confiança em quantidades injustificáveis.

Nosso sistema político luta com sucesso para continuar patrimonialista e familista, utilizando-se de escambo eleitoral contínuo e permanente através da nomeação de correligionários, da estratégia de criar e manter feudos políticos que preservam a miséria através do assistencialismo e da prática de permitir que políticos controlem a informação nos limites de seus respectivos currais eleitorais através da concessão de meios de comunicação. Além, é claro, do escambo político rastaquera praticado à época das eleições.

Nossas lideranças não vêm distinção entre Estado e governo e não separam governo de partido. Reduzem partidos e questões complexas à sua semelhança. Por outro lado o povo tudo vê, tudo entende, mas talvez por não ter como romper este círculo vicioso aceita e pratica com maestria esse jogo. Holanda (1995, p. 146) aborda o ponto com clareza ao colocar: “A escolha dos homens que irão exercer funções políticas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as suas capacidades próprias. Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático.”

Para tentar compreender a complexidade da construção política brasileira junto à população, sobretudo aqueles cidadãos de baixa renda e que vivem em regiões urbanas de grande vulnerabilidade social, o presente estudo se propõe a discutir a **percepção** da população do Bairro Jardim Sandra, localizado no município de Cotia, Região Metropolitana de São Paulo, frente às questões públicas, éticas e sociais que envolvem a vida política no país. A partir desse diagnóstico pode-se pensar estratégias de intervenção consistentemente articuladas para o avanço da postura política da população que vive em regiões de vulnerabilidade social, notadamente no Jardim Sandra, como forma de se avançar, a partir da articulação comunitária, em direção à viabilização e implantação das necessárias e imprescindíveis reformas sociais e políticas tão necessárias em nosso País.

Essa região apresenta-se como um importante território para a discussão da cultura política brasileira, visto que parte da literatura acadêmica e mesmo a visão de senso comum associam grande parte das mazelas políticas do eleitorado brasileiro à condição de baixa renda. No entanto, nesses espaços também se pode encontrar diferentes formas de solidariedade e organização para a intervenção nos problemas sociais, seja através da ação de organizações não governamentais, seja via organizações comunitárias locais.

2. Modelos de Administração Pública

2.1 Aspectos Culturais

“[...] o Brasil é hierárquico, familista, patrimonialista e se encaixa em vários outros adjetivos que significam arcaísmo, atraso.” (Almeida, 2007, p. 25). Almeida (2007) faz considerações a respeito dos aspectos culturais presentes na política e no povo brasileiro. Afirmar ser praticamente unânime o pensamento sociológico e antropológico no sentido de apontar o caráter patrimonialista na política nacional. Na mesma linha Carvalho (2016) destaca a excessiva orientação para o Executivo, uma tradição portuguesa, ou ibérica que, novamente nos conduz ao patrimonialismo.

Por um lado, o Estado é sempre visto como todo-poderoso, repressor e cobrador de impostos e de outro, como um distribuidor paternalista de empregos e favores. A consequência é que toda ação política implica necessária e obrigatoriamente em negociação direta com o governo, sem passar pela mediação da representação.

Conseqüentemente constata-se a desvalorização do Legislativo e de seus titulares, deputados e senadores. O que resulta na busca constante e insana por um verdadeiro “messias político” que possa oferecer soluções rápidas para os problemas sociais. Almeida (2007) ainda destaca que Oliveira Vianna apontou o complexo cultural brasileiro, caracterizado pelo espírito pouco solidário e apolítico da população, contrário ao complexo cultural democrático europeu, no qual o povo se reuniria em assembleias para deliberar sobre assuntos que lhe dizem respeito.

Na mesma vertente de análise, autores da importância de Holanda (1995) e DaMatta (1986) identificam o caráter antiliberal da sociedade brasileira. O primeiro aponta que no Brasil uma ética personalista, intimista, afetiva e sentimentalista sobrepuja sua inimiga liberal: a ética impessoal, racional e eficaz; o segundo chama atenção para o fato de que muitas vezes “a casa” engloba “a rua”.

"A rua é o ambiente público – na maioria das vezes inóspito, autoritário e desolador. A casa é o ambiente privado do sentimento, do afeto da família e do que é pessoal. A rua é o espaço público de regras impessoais e a casa, o espaço privado do particularismo. Toda vez que a casa engloba a rua, a conseqüência é a utilização privada do que é público." (Almeida, 2007, p. 98).

Para DaMatta (1986) somos um país no qual a lei sempre significa o “não pode!” formal, capaz de tirar todos os prazeres e desmanchar projetos e iniciativas. Daí surge o “jeitinho brasileiro”, que nada mais é do que a junção do “pode” com o “não pode”, da casa com a rua, do ético com o não ético. Já segundo Carvalho (2001), para a população de baixa escolaridade que apóia a quebra de regras patrocinada pelo “jeitinho”, constata-se a tendência em mostrar-se tolerante com a corrupção. Para muitas destas pessoas não há “esquecimento” das denúncias: elas simplesmente não são importantes.

Ainda segundo o autor, patrimonialismo e corrupção são idéias afins, o que significa que quanto mais alguém defende valores patrimonialistas, mais tolerante tende a ser com a corrupção. De acordo com os dados da Pesquisa Social Brasileira (PESB)⁵ pode-se concluir que esta tolerância é maior entre aqueles de escolaridade mais baixa; que a população do Nordeste convive melhor com a corrupção do que os habitantes da região sul; que os mais velhos ficam menos indignados que os mais jovens em relação aos escândalos de corrupção. “[...] a corrupção não é simplesmente a obra perversa de nossos políticos e governantes. Sob a simpática expressão “jeitinho brasileiro”, ela é socialmente aceita, conta com o apoio da população, que a encara como tolerável.” (Almeida, 2007, p. 45 e 46).

Ribeiro (2007) argumenta que nossa sociedade parece viver a corrupção como parceira indissolúvel da política, sempre ameaçando a sua dignidade. Constata o generalizado descontentamento com os políticos, assimilados com frequência a corruptos, gerando aversão à política e afastamento dos melhores quadros de profissionais desta profissão. Detalhando o assunto, apresenta três classificações para corrupção, sendo a que mais nos diz respeito é a chamada pós-moderna onde, diante de um ato político eleitoral ilícito, todos concordam não ser correto, mas o toleram frente às justificativas burocráticas sempre existentes. E assim respaldam tudo o que daí decorre, inclusive a existência de “recursos não contabilizados” ou, como melhor conhecemos, “caixa 2”. Resumindo, classifica a corrupção no tempo e no seu conteúdo, da seguinte forma:

- a) Corrupção Antiga – aquela que afetava os costumes, em uma época em que se exigia que os cidadãos fossem austeros, colocassem a coisa pública acima do interesse privado;
- b) Corrupção Moderna – trata da apropriação privada de fundos públicos. Diz respeito diretamente ao tesouro público, degradando o conceito anterior de corrupção fazendo com que perca importância e transforme-se em uma espécie de furto, e;

⁵ Conduzida pelo DataUff, órgão vinculado a Pró Reitoria de extensão da Universidade Federal Fluminense, é uma pesquisa domiciliar, probabilística e nacional de acompanhamento dos valores, atitudes e opiniões da sociedade brasileira, incluindo relações raciais, religião, cultura, política, violência, comportamento sexual, direito civil e desigualdade social, dentre outros temas.

- c) **Corrupção Pós-Moderna** – é a corrupção cometida por pessoas honestas, que se assumem e agem como pessoas de bem, que não usam o dinheiro para seu próprio bolso, mas sabem que seu partido perderá a eleição se não tiver um caixa 2.

2.2 Aspectos Políticos

“Lei de ferro da oligarquia” foi a expressão usada em 1911 pelo sociólogo Robert Michels para caracterizar o risco inerente a qualquer partido político de que os eleitos tomem o lugar dos eleitores e a estrutura administrativa da organização deixe de ser um meio para se tornar um fim autônomo: “Quem diz organização diz oligarquia”, afirma Michels em seu célebre estudo. (Abramovay, 2006, s.p.).

Embasando Ribeiro (2007), Avritzer (2009) destaca que um dos problemas mais sérios do Brasil democrático é justamente a forma de organização do sistema político. A Constituição de 1988 quase não realizou modificações na estrutura do sistema político, que desde então continua com suas formas de financiamento indeterminadas. Não introduzimos mudanças estruturais no sistema de financiamento de campanhas e, ao contrário da situação vigente à época da ditadura, temos hoje um Congresso politicamente fragmentado.

Por sua vez, para Freitas (2009), a corrupção é um fenômeno que tem causas muito bem definidas, sendo a principal delas a nomeação de pessoas para cargos de confiança que, na prática, resulta na invasão do Executivo por aventureiros e em prejuízo da profissionalização do serviço público. Cita também a não regulamentação do acesso das pessoas à informação sobre uso do dinheiro público. Em outras palavras, ausência de governança na administração pública.

Também inexistem informações regulamentadas sobre as atividades exercidas e produtividade de nossos representantes no Congresso que, sob o escudo do Legislativo abrigam toda a sua dispersão, falta de objetividade e omissão frente a opinião pública. Abramovay (2006) coloca com propriedade que o que se ganha com isto são políticas de interesse setorial e em grande medida corporativo. Por outro lado perde-se a capacidade dos movimentos sociais introduzirem temas, reivindicações e experiências inovadoras. Perde-se a possibilidade de que os movimentos sociais se organizem em torno de valores, e não apenas em torno de interesses.

Voltando aos aspectos relativos à corrupção política, Dimenstein (2009) lembra que uma pesquisa realizada no ano passado pelo Datafolha destaca que esta visão é disseminada em toda a juventude brasileira, rica ou pobre, o que acaba provocando descrédito à democracia, ojeriza à política e até tolerância com a desonestidade. Na visão dos brasileiros entre 15 e 25 anos, a desonestidade, segundo o Datafolha, está em primeiro lugar, empatada com a violência, na lista dos maiores problemas brasileiros. Vence, com folga, o desemprego e a miséria.

Dimenstein (2009) também destaca que todas essas notícias recorrentes há tantos anos, ajudam a explicar a mais trágica das respostas dos jovens ao Datafolha: a de que 74% não teriam “nenhum” interesse em participar dos partidos. E 18% teriam “pouco” interesse.

"A pergunta óbvia: como poderemos ter uma democracia representativa se a elite do país não se interessa pelos partidos? Se a percepção dos jovens, como demonstra a pesquisa, é a de que a atividade política está atolada irremediavelmente na lama, quem se interessaria em ser deputado ou senador? Talvez aqueles interessados em tirar proveito da vida pública? Entraríamos num círculo vicioso em que os honestos não fazem política porque seria um campo dominado por ladrões - mas, sem os sérios para ameaçá-los, os picaretas não correriam risco de perder suas vagas." (Dimenstein, 2009, p. 2).

A cabeça do eleitor é lógica e não pode ser ludibriada facilmente, nem mesmo pelas mais avançadas técnicas de comunicação e publicidade. É comum o eleitorado reconhecer dois perfis típicos de candidatos: o técnico e bom gestor versus aquele que cuida do social, constata Almeida (2008). No entanto, este mesmo eleitor é alguém muito pouco disposto a controlar seus representantes; mais do que isto, é um eleitor para o

qual a própria noção de representação não vai muito além de deixar este representante livre para fazer o que quiser, posto que ele, eleitor, não se ocupará com o que é público.

O que nos remete de volta ao grande descompasso existente entre nosso sistema político-eleitoral e os anseios e demandas de nossos dias. Miller e Shanks (1996) argumentam de forma convincente que grupos de eleitores ingressantes na política em diferentes conjunturas na história política dos EUA mostram diferenças notáveis quanto ao seu compromisso com a política. Aqueles pertencentes à geração do *New Deal*, por exemplo, desenvolveram um padrão de comportamento político distinto das gerações sucessivas.

Nesta linha, constatamos também grande alienação dos políticos em relação aos modernos meios de comunicação, em especial à internet. Avelar (2009) lembra muito oportunamente que, com baixo custo e alto potencial democrático, a rede é o espaço livre para informação e desenvolvimento da cidadania e já tem normas testadas na prática social. Ignorar isto é ignorar a Lei o que, por sinal, já ocorreu nas eleições em 2006. Isto demonstra falta de capacidade, de entendimento, de receptividade às novas técnicas e ferramentas existentes. Demonstra falta de educação formal, atual e atualizada. Do povo e de seus representantes. “Sabe-se que a escolaridade esta fortemente relacionada ao capital social. Mantidas constantes as outras variáveis, os mais escolarizados são os que mais confiam nas outras pessoas.” (Almeida, 2007, p. 123).

2.3 Participação da Sociedade, Educação, Regionalidades, Partidos Políticos e Voto Obrigatório

“No Brasil, onde historicamente os regimes e ambientes políticos mostraram mais variação do que nos EUA, a probabilidade de haver diferenças profundas nas coortes é muito maior. Entretanto, o efeito exercido pelas práticas eleitorais do regime militar não é inteiramente claro. Teriam as coortes ingressas na política entre 1964 e 1973 (o período mais repressivo) desenvolvido uma inclinação submissa para votar, ou um mal-estar com a manipulação autoritária da democracia? Seriam relutantes em participar?” (Elkins, 2000, p. 118).

Participação, educação, informação, governança e ética são componentes imprescindíveis na busca de um novo sistema político, alinhado à modernidade e ao futuro. Novamente Almeida (2007) aponta que quanto mais elevada a escolaridade menor a tolerância em relação ao “jeitinho”, eufemismo simpático e socialmente aceito que esconde e torna tolerável a corrupção estrutural.

A existência de partidos que tenham objetivos políticos bem estabelecidos e, principalmente claros também é um fator de extrema importância na busca de novos caminhos com participação social. Abramovay (2006) citando Eric Hobsbawn em “Rebeldes Primitivos” lembra que na ausência de uma estrutura organizada e de lideranças claramente reconhecidas, o poder construtivo das revoltas é muito baixo.

Hobsbawn filia-se à tradição marxista que vê na mobilização popular condição necessária, mas nem de longe suficiente para a mudança social. Sem organizações com objetivos políticos claros, as lutas sociais não conseguem ultrapassar um horizonte imediato e pouco promissor. E isto se torna mais complexo em um País como o Brasil que, por suas dimensões e extensão exige especial atenção às diferenças regionais.

A regionalidade é, portanto, outro fator de suma importância a ser considerado. Elkins (2000) destaca a existência de quase 200 milhões de habitantes espalhados em uma área que cobre a maior parte da América do Sul e que redes de comunicação e uma infraestrutura subdesenvolvidas limitam a integração, especialmente no Norte – o pesquisador incluiria o Nordeste e o Oeste – e lembra que, se por um lado o Brasil moderno não se aproxima da descrição de Robert Wiebe das “comunidades ilhadas” de fins do século 19 nos Estados Unidos⁶, faz muito sentido considerar as regiões como unidades distintas.

⁶ In a summary of the book in a 1993 retrospective review in *Reviews in American History*, Kenneth Cmiel wrote: “By the 1870s, the United States was a distended society. The eruption of modern social and economic forces brutally undermined the autonomy of small-town America. International markets, a national credit system, the railroads, the mass movements of peoples from all over the globe to

"O achado de maior demonstração dos estudos sobre participação é o profundo efeito da escolaridade (p. ex., Wolfinger e Rosenstone, 1980). Estudiosos sobre participação concordam amplamente que a educação canaliza seus efeitos de duas formas principais. Primeiro, o aumento da escolaridade afeta um número de variáveis psicológicas – entre elas, eficácia política, interesse político, dever cívico e sofisticação política –, as quais, por sua vez, estão estreitamente associadas com a inclinação do indivíduo em acompanhar a política e engajar-se em participação política. Em segundo lugar, o aumento da escolaridade proporciona habilidades práticas aos cidadãos, que facilitam a negociação das tarefas administrativas necessárias (mesmo mínimas) requeridas aos eleitores. Verba, Schlozman e Brady (1995) especificam essas relações com muita precisão em seu modelo." (Elkins, 2000, p. 115).

Como vemos – e sabemos – educação e escolaridade também são imprescindíveis. Se não as perseguirmos, corremos o risco de perpetuar o que Holanda (1995) muito bem colocou em relação aos eventos migratórios e seus efeitos sobre aqueles filhos que, só por serem transplantados para longe dos pais conseguiram alcançar um senso de responsabilidade que até então lhes fora vedado, concluindo então que em nossa política e em nossa sociedade são os órfãos e os abandonados que vencem a luta, sobem e governam. Mais atual impossível.

O que nos conduz ao voto obrigatório e às regras eleitorais. Elkins (2000) lembra que no Brasil 5% dos brasileiros pagam impostos e mais de 80% votam. A explicação mais óbvia para tal paradoxo é que os cidadãos brasileiros alfabetizados com idade entre 18 e 70 ano são obrigados a votar. Parece haver consenso entre aqueles que condenam e aqueles que apoiam que o voto obrigatório aumenta o comparecimento em 25 pontos percentuais. No Brasil, no entanto, como o voto obrigatório existe continuamente desde 1934 não existem parâmetros para avaliar os efeitos da obrigatoriedade.

Já em relação às regras de comunicação e seus respectivos veículos, há que se ter muito cuidado. Certamente os meios de comunicação social e a internet – ainda que com acesso restrito – são ferramentas valiosas e poderosas. Speck (1998) alerta, no entanto, para que se tome o cuidado de não permitir que estes substituam os partidos políticos em sua relação com a população. Aborda ainda a indesejada situação de conflito de interesses inerente a concessão de meios de comunicação a políticos e ao excessivo poder alcançados por alguns editores.

O fator renda tem participação importante neste processo. Elkins (2000) nos apresenta a existência de estudos sobre participação que descrevem os votantes como mais ricos que os não votantes. Não é difícil entender as razões dessa relação. Da mesma forma que a educação, renda deveria afetar algumas das mesmas variáveis psicológicas que levam à participação. Os cidadãos mais ricos geralmente têm um senso maior de eficácia. Os mais ricos sentem provavelmente mais que podem afetar o governo e que o governo lhes é responsivo. Outras medidas de engajamento político também seriam afetadas.

Wolfinger e Rosenstone (1980, p. 20-22) sugerem cinco papéis para a renda: 1) Pessoas desesperadamente pobres estão preocupadas com a luta para manter juntos corpo e alma...; 2) Sem considerar sua formação educacional, pessoas com uma vida melhor provavelmente adquirem em seus trabalhos os interesses e as habilidades que conduzem ao envolvimento político e a votar; 3) Mais que escolaridade ou ocupação, renda determina a vizinhança dos indivíduos, e, portanto a exposição a uma variedade de normas e pressões...; 4) Alguém com sucesso material, apesar de pouca escolaridade, é provavelmente competente, satisfeito e engajado...; 5) Pessoas ricas têm um maior “apego ao sistema” e portanto são mais altamente motivadas a fazer a escolha apropriada nas eleições e apoiar o sistema político, nele participando.

urban areas – these were some of the forces trampling what Wiebe called ‘island communities’, those small self-contained towns and neighborhoods that had organized the life experience of most Americans until the years after the Civil War.”

Velloso (2008) nos apresenta a necessidade de se ter um desenvolvimento favorável à democracia cuja implicação é criar oportunidades para os pobres. Sendo a democracia favorável ao desenvolvimento, faz-se necessário realizar a modernização das instituições políticas (Congresso e partidos políticos), inclusive para evitar novos “circos de horrores”. Deve-se ir além da reforma política e ter partidos com razoável conteúdo programático.

É preciso ter um Congresso corresponsável por toda a agenda de todas as reformas necessárias, o que implica em verdadeiro diálogo com o Executivo, que deve abandonar sua postura imperial histórica e cultural. A verdadeira revolução brasileira está na integração de desenvolvimento com democracia, que depende do funcionamento de uma sociedade civil ativa e moderna. Enfim, “a maioria silenciosa tem que deixar de ser silenciosa” (Velloso, 2008, p. 26).

3. Percurso Metodológico

A presente pesquisa se constitui em um estudo de caso sobre a percepção da população do Jardim Sandra, localizado no município de Cotia, Região Metropolitana do Estado de São Paulo, quanto às questões públicas, sociais e éticas que envolvem a dinâmica política no Brasil. Para tanto, a investigação se insere no campo da pesquisa qualitativa, apesar de recorrer também a instrumentos de coleta de dados de caráter quantitativo. Somam-se aos questionários aplicados junto a uma amostra da população, a análise documental, a discussão de dados secundários provenientes de outras pesquisas sobre o comportamento político do brasileiro e a observação *in lócus*.

Com o objetivo de obter informações sobre a opinião da população das classes C e D residente nos bairros periféricos da cidade de Cotia, Região Metropolitana do Estado de São Paulo, de idade acima de 19 anos, formalmente alfabetizada, a respeito de temas políticos, sociais e de interesse público, foi montado um primeiro questionário com base em estudo efetuado pela Universidade de Lima⁷, adaptado segundo o cenário brasileiro atual e as inquietações do pesquisador.

O tema é de extrema relevância não só do ponto de vista técnico relacionado com a qualidade do voto e a conscientização do papel de cidadão a ser exercido por todos, mas também do ponto de vista das discussões nas esferas públicas e políticas, buscando consolidar um Estado maduro e moderno através de uma Legislação Política que corrija os desvios da atual e que fortaleça partidos e suas correspondentes ideologias.

Neste contexto a comunidade aqui escolhida enquadra-se perfeitamente como base de estudo, uma vez contar com elementos dinâmicos de alteração e movimentação dos estratos sociais, quer pela ascensão social de parte de seus membros, quer pelo deslocamento dos demais em direção a comunidades mais periféricas, perpetuando assim o status quo da manipulação política por parte do Legislativo.

⁷ Grupo de Opinion Publica de la Universidad de Lima (Registro 003-Ree-Jne), Estudio 161, Barometro Julio 2002, Lima Metropolitana y Callao, sabado 20 y domingo 21.



Mapa 1: Região Metropolitana de São Paulo

Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico, 2003

Inicialmente, analisou-se a viabilidade de se realizar a pesquisa em outro bairro também situado no subúrbio da cidade de Cotia, Região Metropolitana de São Paulo, denominado Parque São George. Os trabalhos de levantamento de informações socioeconômicas foram efetuados com o apoio e suporte de ONGs locais e da Secretaria de Planejamento do Município. O que nos levou a constatar que este bairro não mais abrigava nosso público alvo e, portanto, buscar outro local para efetuar a pesquisa, visto que a região havia melhorado os indicadores de qualidade de vida, riqueza e vulnerabilidade social.

Por indicação de uma das ONGs atuantes no Parque São George, de políticos locais e ainda com o suporte da Secretaria do Planejamento foi então selecionado o Jardim Sandra, um bairro de baixa renda, também situado no Município de Cotia. Sua população consta de migrantes de diversas regiões do país, a maioria ali radicada com suas famílias há algum tempo, principalmente pela disponibilidade de local para moradia (loteamentos – nem sempre legalizados) e proximidade de trabalho.

A Unidade Básica de Planejamento (UBP) nº 14 de Cotia onde se situa o Jardim Sandra, conta com 7.800 habitantes alocados em 1.921 domicílios, infraestrutura bastante limitada, composta por redes de serviços públicos de água, transporte público, duas escolas municipais, uma creche municipal e uma unidade básica de saúde. Não há outros equipamentos públicos estaduais ou municipais. Conta ainda com uma associação de moradores incipiente, interessada e aparentemente ativa nas áreas de ação comunitária, esportes e cidadania e apresenta um dos mais altos índices de criminalidade do Município.

O local, apesar de situar-se no vetor de crescimento da região metropolitana da cidade de São Paulo – Zona Oeste – não se beneficia estruturalmente deste desenvolvimento por estar afastada do eixo que leva à Capital. Em contrapartida, beneficia-se da maior oferta de postos de trabalho não qualificado por conta da

forte expansão na direção oeste do mercado imobiliário residencial e industrial e das restrições de deslocamento e logística impostas ao tráfego de veículos pesados na Capital, o que resultou na transferência de indústrias e de empresas prestadoras de serviços para o Município.

Além disto, sua população não só preserva as características de uma cidade pequena, mas também valores e culturas de suas regiões de origem. As origens de seus habitantes mais antigos e suas limitações relacionadas ao contraste cultural e educacional entre eles e seus descendentes formam o caldo para este estudo e, quiçá, para sua extrapolação a outros bairros e comunidades situados em outras regiões metropolitanas do Brasil.

Voltando ao questionário, seu primeiro modelo foi testado e sua utilização mostrou-se inviável não só pelo tempo demandado ao seu preenchimento, mas principalmente por sua complexidade e difícil compreensão por parte dos entrevistados. Além de inadequado ao público alvo, da necessidade de associação com exemplos práticos na explanação das perguntas resultou involuntária transmissão de viés pessoal do pesquisador, inviabilizando assim sua aplicação. Estes pontos foram constatados pelo pesquisador e confirmados por políticos consultados em decorrência de acesso pessoal do pesquisador.

Buscando evitar estas situações o questionário foi simplificado de maneira a apresentar as questões de forma mais direta e assim demandar respostas menos elaboradas, sem eliminar as respostas espontâneas e assistidas. Neste período – meses de agosto e setembro de 2009 – contamos também com grande colaboração por parte do Congresso Nacional que, através da presença constante e divulgação diuturna na mídia de seu “circo de horrores” nos forneceu inspiração, material e outros parâmetros para a pesquisa.

Uma vez montada a segunda versão do questionário, foi definido de forma empírica o mínimo de 60 questionários como sendo a quantidade necessária a sua aplicação. Com a preocupação de não perder o *timing* decorrente dos fatos expostos no parágrafo anterior foram selecionados dois elementos multiplicadores que, por sua vez deveriam treinar entrevistadores assegurando assim rápida e efetiva coleta das informações desejadas.

O questionário definitivo passou então a ser composto por 34 perguntas de múltiplas respostas, três respostas espontâneas, e três respostas assistidas, apresentadas de forma intercalada e posteriormente agrupadas nos seguintes campos de interesse (GRAF.1):

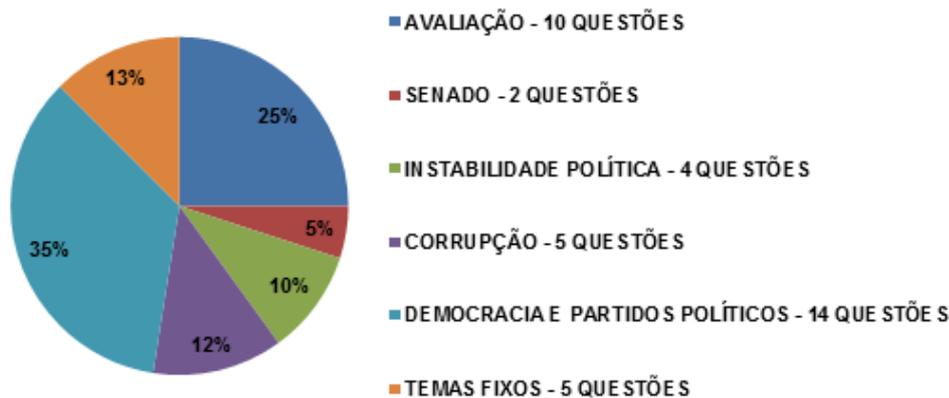


Gráfico 1: Temas abordados

Fonte: Questionário adotado na pesquisa, 2009

Tomando-se por base o critério de conhecimento e trânsito pessoal na comunidade, foram selecionadas e instruídas duas pessoas, sendo uma delas uma obreira de uma igreja evangélica e a outra um líder comunitário local. À primeira foi solicitada a aplicação de 80 questionários e ao segundo 30. Neste ponto surgiu a possibilidade de aplicar a mesma pesquisa na favela de Paraisópolis na cidade de São Paulo. Seguindo o mesmo processo e contando com o entusiasmo e empenho de uma assistente social que atua em um grande projeto local, ficou acertada a aplicação de outros 30 questionários.

Os questionários foram aplicados no período entre 23 de agosto e 4 de setembro de 2009. De um total de 140 questionários nos foram devolvidos 95, sendo 80 referentes ao Jardim Sandra em Cotia e 15 à favela de Paraisópolis em São Paulo. Estes últimos, indevidamente incluídos no calor da pesquisa, foram desprezados, pois apesar de abordar público da mesma camada social não constituem amostra representativa em um universo de 80.000 habitantes.

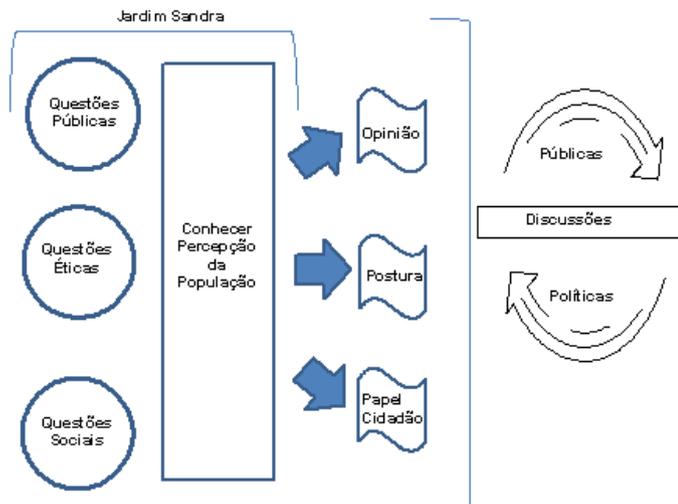


Figura 1: Esquema inicial do desenho de pesquisa

Fonte: Elaboração própria, 2009

Outro ponto a destacar é o alto índice de “não resposta”. Em todas as faixas etárias, porém bastante maior para os respondentes de idade superior a de 60 anos. Credita-se este fato à dificuldade existente no Brasil em relação à discussão de questões éticas e políticas. As pessoas nem sempre estão interessadas ou desejam envolver-se com estes temas além do que o noticiário “obriga”, criando assim a motivação necessária para que simplesmente não se manifestem ou pulem as respostas.

De qualquer forma, independentemente dos percentuais das respostas serem bastante significativos, com baixa dispersão, procurou-se entender o fato considerando também a possibilidade de eventual dificuldade adicional de entendimento por parte dos respondentes com mais idade. Com base nos dois referenciais teóricos abaixo apresentados, foi analisada a possibilidade de fazer mais um recorte na pesquisa, eliminando os respondentes com mais de 60 anos.

- a) Elkins (2000), constata e aponta existência de estudos que mostram que a probabilidade de alguém votar aumenta com a idade até a última década de vida, quando então as taxas caem, o que poderia reduzir o interesse e o empenho do respondente, e;
- b) Hair Jr. (2005, p. 61), diz que “Outro remédio simples para os dados perdidos é eliminar os casos e/ou variáveis problemáticos. Nesse tratamento, o pesquisador determina a extensão dos dados perdidos em cada caso e variável e então elimina os casos ou variáveis com níveis excessivos. Em muitos casos, onde um padrão não-aleatório de dados perdidos está presente,

essa pode ser a solução mais eficiente. O pesquisador pode descobrir que os dados perdidos estão concentrados em um pequeno subconjunto de casos e/ou variáveis, sendo que sua exclusão reduz substancialmente a extensão dos dados perdidos.”.

A análise mais detalhada comparando os resultados sem e com as respostas dos maiores de 60 anos demonstrou que, mesmo se verificando redução de até nove pontos percentuais em uma das questões, praticamente em nada se alterou a posição relativa das respostas. Portanto, sua exclusão não resulta em alterações de interpretações e conclusões daí decorrentes. Desta forma optou-se pela manutenção de todos os 80 questionários relativos à pesquisa efetuada no Jardim Sandra.

A título de exemplo (TABELA 1) destacamos uma das questões onde se pode notar que houve inversão apenas entre dois apontamentos (“estar no governo ainda” e “tudo”), sem que isto tenha resultado em alteração substancial dos resultados. Para as demais questões, como regra geral, não houve alteração expressiva dos percentuais e tampouco das posições relativas daí decorrentes.

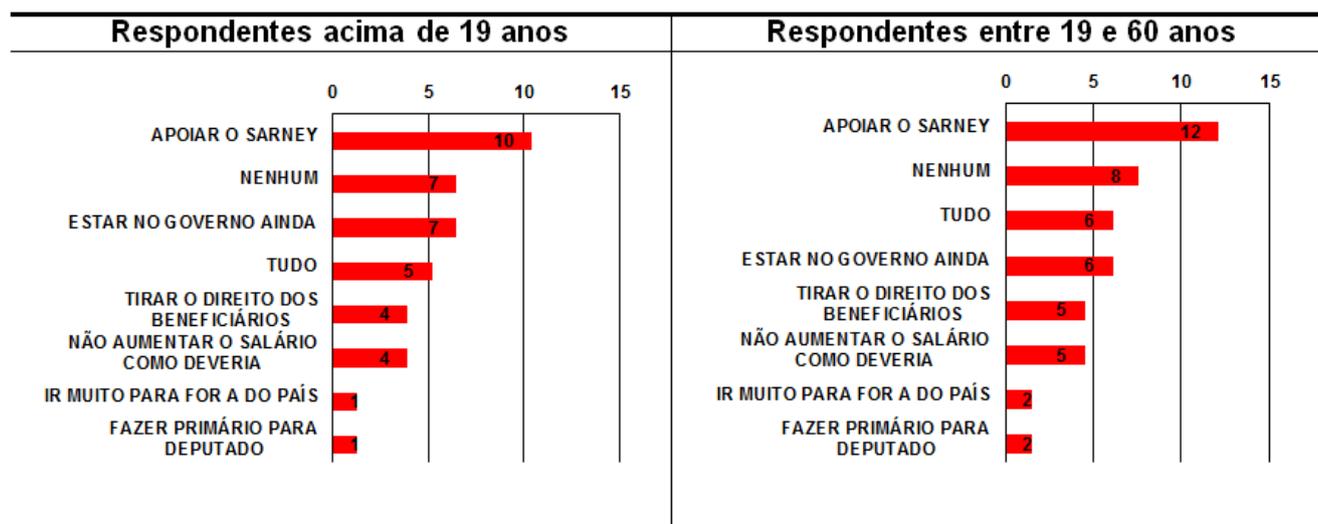


Tabela 1: Tabulações de resultados sem e com recorte para respondentes acima de 60 anos

Fonte: Dados coletados pela pesquisa, 2009

4. Análise de Dados

4.1 Avaliação Geral

Nossa análise inicia-se sobre as duas primeiras questões, relativas ao desempenho dos atuais Governos Federal e do Estado de São Paulo, incluídas com o objetivo de aferir e validar metodologias através da comparação dos resultados de perguntas semelhantes constantes em pesquisa divulgada pelo Datafolha. Convém notar que, com o desenvolvimento da análise e comparação com outras pesquisas a coincidência de respostas e posições se repete em outros pontos.

Especificamente na avaliação do Governo Lula, a variação para mais de nove pontos percentuais apontada na Pesquisa Acadêmica pode ser justificada pelo recorte da população, neste caso focado nas classes C e D, onde o governo é melhor avaliado.

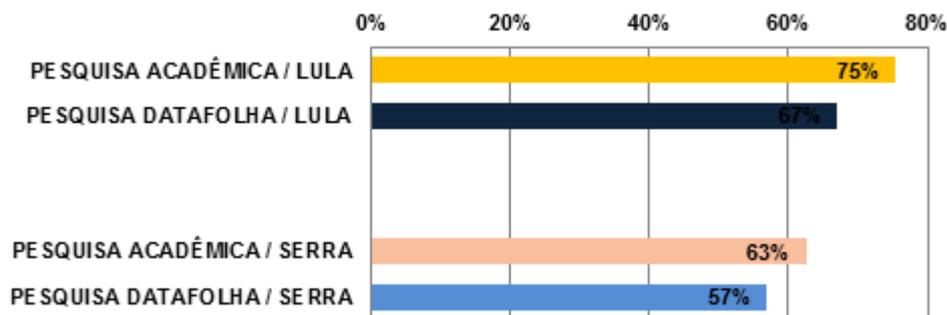


Gráfico 2: Comparação entre resultados de pesquisa

Fonte: Dados coletados pela pesquisa, 2009

Lembrando que a pesquisa está essencialmente focada na esfera federal, abrangendo Executivo e Legislativo, constata-se grande e inequívoca aprovação da atual administração (75%). Fica evidente que os altos índices de aprovação do Executivo são devidos essencialmente aos programas de grande alcance social adotados e/ou ampliados pela atual administração (GRAF. 3).

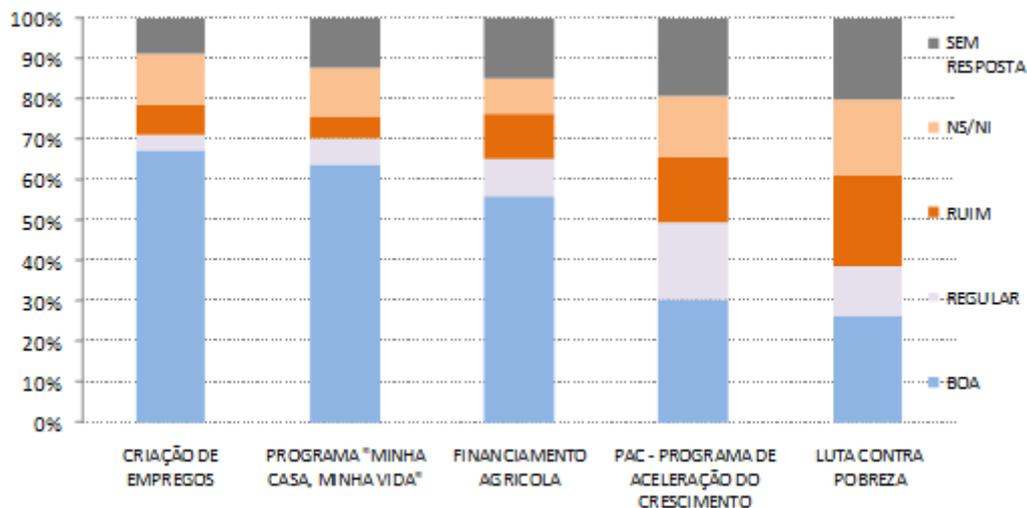


Gráfico 3: Avaliação da atuação do Governo Federal em relação à temas sociais

Fonte: Dados coletados pela pesquisa, 2009

Apesar de existir forte e consistente percepção de melhoria em relação à situação econômica do país e dos respondentes da pesquisa (GRAF. 4), verifica-se certa inconsistência nas respostas espontâneas relativas aos acertos da atual administração, onde os maiores apontamentos foram: “o pagamento da dívida” (11%), “respostas inválidas” (11%), “tudo o que ele fez até agora” (8%) e “ter começado tudo de novo” (8%). O mesmo não se verifica em relação aos erros (GRAF. 5), demonstrando assim grande preocupação com valores e coisas ao mesmo tempo.

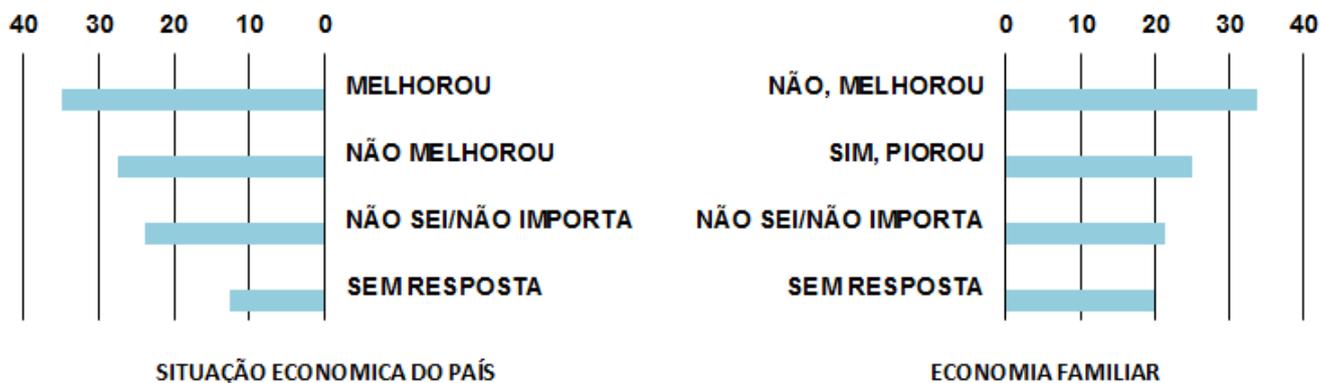


Gráfico 4: Percepção melhorias da situação econômica
 Fonte: Dados coletados pela pesquisa, 2009



Gráfico 5: Principais erros do Governo Federal
 Fonte: Dados coletados pela pesquisa, 2009

4.2 Aspectos Éticos e Políticos

Em relação aos aspectos políticos este espírito crítico fica mais evidente quando se constata que, na visão dos respondentes o governo atual está fraco (34%), o prestígio do Brasil no exterior tem diminuído (35%), o PMDB continua exercendo influência na política nacional (35%) e o clima de instabilidade no Senado é provocado (33%). Além das respostas espontâneas obtidas em relação a possíveis providências a serem tomadas pelos respondentes caso tivessem condições (GRAF. 6).



Gráfico 6: O que faria se fosse Presidente da República

Fonte: Dados coletados pela pesquisa, 2009

Focando nos três pontos de maior incidência, constata-se o forte desejo de fazer prevalecer fatores éticos em relação ao trabalho e à impunidade dos políticos e, contrapondo a esta posição um traço bastante característico do brasileiro, que é o “deixa como está”, caminho certo, direto e curto para aplicação do “jeitinho”, conforme analisa DaMatta (1986). E apropriação de vantagens pessoais, tanto quanto possível.

Isto fica muito evidente quando se constata uma tendência decrescente na escala de valores onde a maioria esmagadora (89%) afirma não ter parentes trabalhando no governo e, ao mesmo tempo apresenta um grau de intolerância menor em relação à nomeação de parentes ou não para trabalhar no governo, especialmente se se tratar de nomeações políticas, sem a prestação de concurso público (GRAF. 7).

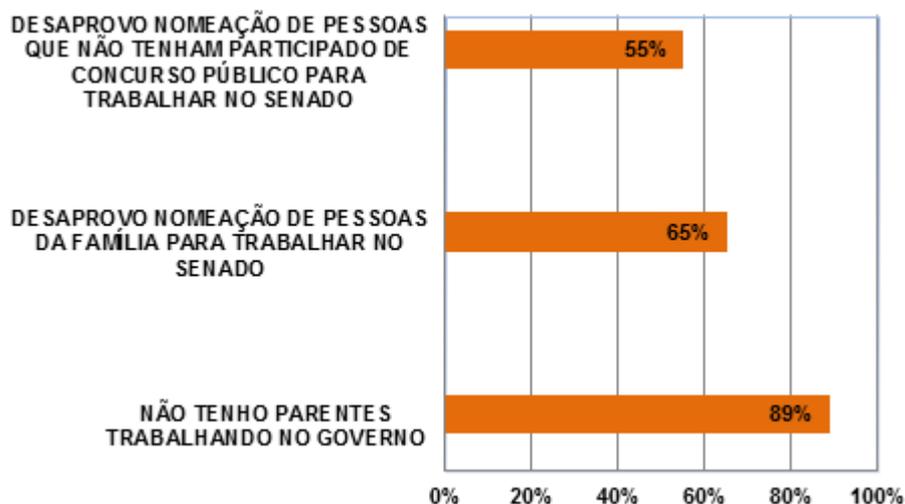


Gráfico 7: Alguns princípios podem se flexibilizados

Fonte: Dados coletados pela pesquisa, 2009

As contradições continuam quando se constata que prevalece o entendimento de que os brasileiros não são solidários (33%), não são honestos (53%), não cumprem a lei (44%), não consideram o “jeitinho” uma boa qualidade (50%) e ainda não acham certo que pessoas recebam cestas básicas e auxílio família por toda a vida sem obrigações de qualquer natureza (48%). Em pesquisa realizada entre os dias 4 e 6 de agosto de 2009 a Datafolha aponta que 83% dos brasileiros admitem já ter cometido ao menos uma prática ilegítima.

O pesquisador tende a creditar a diferença à menor exposição do entrevistado na pesquisa Datafolha e ainda a sua maior abrangência.

Em tese, o brasileiro é extremamente rigoroso. Isto se aplica, por exemplo, à venda e compra de votos onde grande parte (51%) não acha certo o hábito de oferecer – e receber – presentes e dinheiro na época das eleições, ao passo que outra parte (9%) acha certo (GRAF. 8).



Gráfico 8: Sobre compra e venda de votos I
 Fonte: Dados coletados pela pesquisa, 2009

Na pesquisa já mencionada a Datafolha aponta e detalha o mesmo percentual (9%) para as pessoas que admitem e/ou reconhecem já ter mudado ou decidido seu voto em uma eleição em troca de favor ou emprego (GRAF. 9).

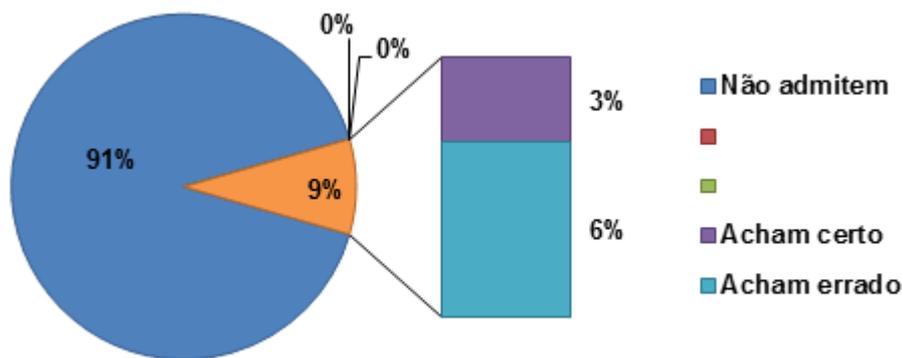


Gráfico 9: Sobre compra e venda de votos II
 Fonte: Dados coletados pela pesquisa, 2009

Na prática, o brasileiro é dúbio. A Datafolha destaca ainda que da mesma forma que apenas 12% admitem aceitar dinheiro para mudar seu voto, 79% afirmam que os brasileiros, de um modo geral, aceitariam uma oferta de dinheiro para mudar seu voto. Faça o que digo, mas não faça o que faço.

"Para o desempregado maranhense Sebastião Moura da Silva, 44, o Código Eleitoral brasileiro, de julho de 1965 e que proíbe a compra e a venda de votos, só existe no papel. Ele conta que, nas eleições municipais de 1996, foi procurado por um candidato a vereador de Matões, no leste do Maranhão e a 350 km de São Luís. Ele chegou para mim e ofereceu uma carrada de barro em troca do voto, afirma Silva. Eu aceitei na hora. Usei o barro para construir a minha casinha de taipa e depois nem votei nele, completa o maranhense." (Scolese, 2009, p. 1).

A necessidade de “fazer os políticos trabalharem” e de punir os “mensaleiros” decorre da certeza de que existe leniência e corrupção na Presidência da República e nos Ministérios. Além, é claro, no Congresso Nacional. “Política” está diretamente associada a “corrupção”, salvo raras exceções. Ainda segundo o Datafolha para 88% existe corrupção na Presidência da República e Ministérios sendo que para o Congresso Nacional este número chega a 92%.

Níveis de corrupção acima de 80% são atribuídos aos Governos e Deputados Estaduais, Assembleias Legislativas, Prefeituras, Câmaras de Vereadores. A maior parte dos brasileiros associa corrupção ao governo, sendo que 43% fazem referências ao setor público para melhor defini-la. Consolida-se desta forma o conceito de “não ser possível fazer política sem um pouco de corrupção”.

4.3 Democracia de Partidos Políticos

Neste ponto afloram as indignações decorrentes percepção de que a punição de políticos corruptos não tem avançado (33%), da absolvição dos deputados chamados mensaleiros (35%), do uso de chicanas e artifícios jurídico-burocráticos para escapar de julgamento utilizada por Renan Calheiros (63%) e por José Sarney (25%), sempre seguidos ou precedidos de altos percentuais de “não sei, não interessa”, que no maior dos casos atingiu assustadores 51%.

Relembrando Almeida (2007), o Brasil é um país de cultura hierárquica, patrimonialista e familista. Mas que deseja avançar, abandonar esta verdade histórica. Isto se torna mais evidente quando ordenamos algumas “verdades” consolidadas como crenças na cabeça dos eleitores (GRAF. 10). Esta simples manifestação das pessoas nos coloca frente a um momento especial, onde o desejo de mudança está latente. O problema, no entanto, é que esta mudança de posição não é tão ampla, não rompe todos os paradigmas. Mesmo experimentando um governo “como nunca antes se viu neste país”, ainda continuamos esperando o messias político, o salvador da pátria como colocado por Carvalho (2016).

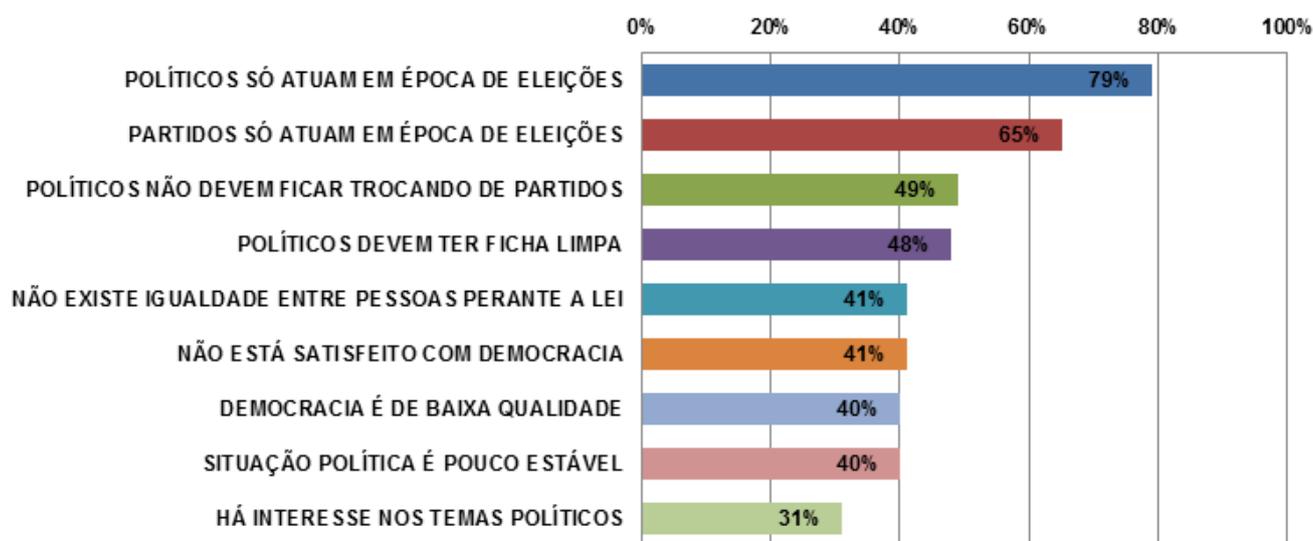


Gráfico 10: Desejo de mudança

Fonte: Dados coletados pela pesquisa, 2009

Apesar de bastante questionados nos dias atuais, apresentamos aos respondentes os conceitos políticos de “esquerda” e de “direita”, solicitando que nos indicassem a forma como se colocam, como se vêm nesta classificação. Embora o resultado aritmético do cálculo da média ponderada nos conduza exatamente ao meio da escala, pode-se inferir uma certa tendência “à direita” através da maior incidência nas notas mais

afastadas do centro (GRAF. 11). Este fato, comparado com a classificação negativa (51%) sobre a situação econômica atual e ainda sobre aspectos qualitativos de nossa democracia reforça, no nosso entender, o desejo de mudanças.

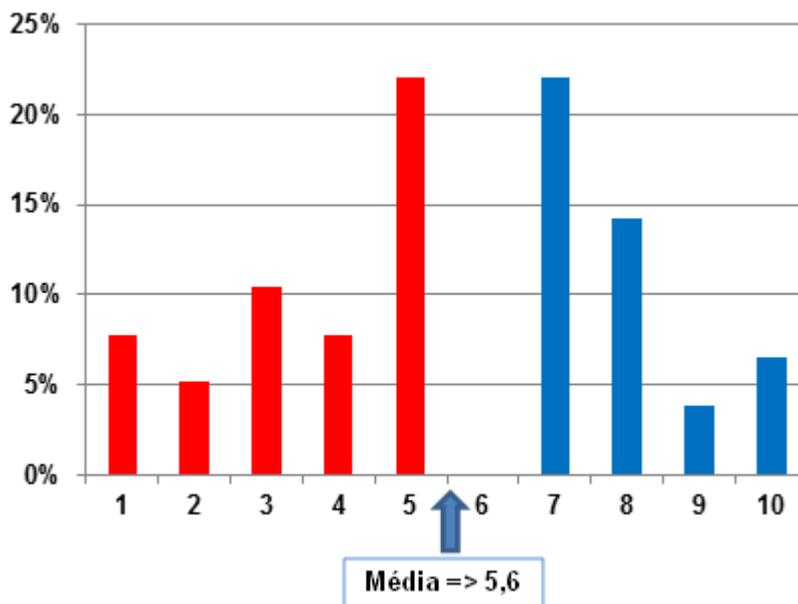


Gráfico 11: Posicionamento político - direita/esquerda

Fonte: Dados coletados pela pesquisa, 2009

5. Considerações Finais

O tema apresentado e estudado é de extrema relevância não só do ponto de vista técnico relacionado com a qualidade do voto e a conscientização do papel de cidadão a ser exercido por todos, mas também do ponto de vista das discussões nas esferas públicas e políticas, buscando consolidar um Estado maduro e moderno através de uma Legislação Política que corrija os desvios da atual e que fortaleça partidos e suas correspondentes ideologias.

A colonização brasileira nos impôs uma tradição portuguesa, que fatalmente nos conduz ao patrimonialismo. Por um lado, o Estado é sempre visto como todo-poderoso repressor e cobrador de impostos e de outro, como um distribuidor paternalista de empregos e favores. A consequência é que toda ação política implica necessária e obrigatoriamente em negociação direta com o governo, sem passar pela mediação da representação.

Disto resulta a desvalorização do Legislativo e a busca por um verdadeiro “messias político” que possa oferecer soluções rápidas para nossos problemas sociais. Resulta também o que se convencionou chamar de “complexo cultural brasileiro”, caracterizado pelo espírito pouco solidário e apolítico da população, para quem a lei sempre significa o “não pode!” formal capaz de desmanchar projetos e iniciativas. Daí surge o “jeitinho brasileiro”, que nada mais é do que a junção do ético com o não ético.

Existe forte percepção de melhoria em relação à situação econômica em geral, porém verifica-se certa inconsistência nos aspectos relativos aos acertos da atual administração. O mesmo não se verifica em relação aos erros, demonstrando assim grande preocupação com valores e coisas ao mesmo tempo. Na visão dos respondentes o governo atual está fraco, o prestígio do Brasil no exterior tem diminuído, o PMDB continua exercendo influência na política e o clima de instabilidade no Senado é provocado. Constata-se o forte desejo de fazer prevalecer fatores éticos em relação a tudo e a todos, assim como a aceitação do “jeitinho”.

A necessidade de “fazer os políticos trabalharem” e de “punir os mensaleiros” decorre da certeza de que existe leniência e corrupção na Presidência da República e nos Ministérios. A maior parte dos brasileiros associa corrupção ao governo, fazendo referências ao setor público para melhor defini-la. O Brasil deseja mudar mas ao mesmo tempo não rompe todos os paradigmas. Mesmo experimentando um governo “como nunca antes se viu na história deste país”, ainda continua esperando o messias político. Sobre conceitos políticos de “esquerda” e de “direita”, pode-se inferir uma certa tendência “à direita” o que reforça o desejo de mudanças.

Finalizando, lembramos que este trabalho tem caráter exploratório, porém com grande potencial de gerar novas pesquisas e assim estabelecer conexões entre realidades diferentes inerentes às dimensões continentais de nosso país. Aproveitando, por exemplo, o ano eleitoral de 2010, permitimo-nos sugerir repetir a realização desta mesma pesquisa não só no Jardim Sandra, como principalmente em outros rincões brasileiros, buscando identificar mudanças de comportamento em relação a esta pesquisa, assim como a coincidência ou a existência de diferentes padrões de comportamento nos locais pesquisados. Desafiando um pouco mais, quiçá uma terceira pesquisa em 2014 nos premie com a indicação de novos caminhos ao relacionar fluxos migratórios de pessoas com fluxo migratório cultural.

BIBLIOGRAFIA

- Abramovay, R.. (2006). **Movimento social e a lei de férreo na oligarquia**. [S.l.]: Ricardoabramovay
- Almeida, A. C., & Young, C. A. (2007). *A cabeça do brasileiro*. Rio de Janeiro: Record.
- Almeida, A. C. (2008). *A cabeça do eleitor*. São Paulo: Record.
- Avelar, I. (2009). A internet e as eleições. In: *Pensar Brasil*, 9 out.
- Avritzer, L. (2009). Risoc para a democracia. In: *Pensar Brasil*, 9 out.
- Burgierman, Denis Russo. (2009). *Palavras reveladoras*. [S.l.]: Blog Sustentável é Pouco.
- Carvalho, José Murillo de. (2001). Cidadania, estadania, apatia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 jun., p. 8.
- Carvalho, José Murilo de. (2016). *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Damatta, R. (1986). *O que faz o brasil, Brasil*.
- De Holanda, S. B., Eulálio, A., & Ribeiro, L. G. (1995). *Raízes do brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Dimenstein, Gilberto. (2009). Quem quer ser um político? *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 abr.
- Dos Reis Velloso, J. P. (2008). O amor em tempos de desamor: e o enigma--o Brasil tem jeito?. José Olympio Editora.
- Elkins, Z. (2000). Quem iria votar? Conhecendo as conseqüências do voto obrigatório no Brasil. *Opinião Pública*, 6(1), 109-136.
- Hair Jr, J. F., Anderson, R. E., Tatham, R. L., & Black, W. C. (2005). *Análise Multivariada de dados*. Tradução: Adonai Schlup Sant'Anna e Anselmo Chaves Neto.
- Miller, W. E., & Shanks, J. M. (1996). *The new American voter* (pp. 140-46). Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Speck, Bruno Wilhelm. (1998). Redespertar de la sociedad civil: la tarea específica de la formación política para la construcción de la ciudadanía. Centro Internacional de Formación Arístides Calvani (IFEDEC), Caracas, Venezuela.
- Ribeiro, R. J. (2006). Financiamento de campanha (público versus privado). *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 82.
- Scolese, Eduardo. (2009). Uma carrada de barro em troca do voto. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 04 out.
- Verba, S., Schlozman, K. L., & Brady, H. E. (1995). *Voice and equality: Civic voluntarism in American politics*. Harvard University Press.
- Wolfinger, R. E., & Rosenstone, S. J. (1980). *Who votes?* (Vol. 22). Yale University Press.